

A Cultura da Cooperação na Agricultura Familiar



Expediente

Textos: Ellemar Wojahn e Ernesto Martinez

Design gráfico: Cristiano Ceia

Editoração: Cristiano Ceia e Rocheli Wachholz

Revisão: Rita Surita e Rocheli Wachholz

Foto de Capa: Rocheli Wachholz

Coordenação do CAPA: Rita Surita

Equipe técnica e colaboradores do CAPA: Ângela Soares, Antônio Soares, Carla Rech, Carlos Adriano Prestes, Cláudio Pinto Nunes, Clerinson Mendes, Clever Neuenfeldt, Daniela Lessa, Daniele Peter, Ecléia Santos, Ediene Ruiz, Eduardo Medeiros, Elias Wojahn, Ellemar Wojahn, Ernesto Martinez, Fábio Mayer, Islair Radtke, Jaqueline Sgarbi, Neusa Neuenfeldt, Odilom Segovia, Rocheli Wachholz, Roni Bonow.

C967 A cultura da cooperação na agricultura familiar / textos de Ellemar Wojahn e Ernesto Martinez. – Pelotas: Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor, 2008. 44 p. : il. ; 14,8X21cm.

Esta obra teve o apoio da Secretaria de Agricultura Familiar (SAF) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) do Governo Federal do Brasil.

Apresentação de Rita Surita, Coordenadora do CAPA de Pelotas.

Inclui referências.

Inclui fotos de Rocheli Wachholz e Rafael Grigoletti.

1.Agricultura familiar. 2. Cooperativismo – Associativismo – História. 3. Agricultura familiar – Cooperação – Desenvolvimento. 4. Redes organizacionais – Cooperativas agrárias – Rio Grande do Sul. 5. Produtor rural – Cultura da cooperação. 6. Economia solidária – Sustentabilidade – Cooperativa – Agricultor. I. Wojahn, Ellemar. II. Martinez, Ernesto. III. Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor – CAPA.IV.Título.

Reprodução parcial ou integral permitida, desde que citada a fonte.

CDU 631.153

CIP-Brasil. Dados Internacionais de Catalogação na Publicação.
(Ana Lucia Wagner – Bibliotecária responsável CRB10/1396)

Apresentação

Esta publicação é parte do projeto de “Fomento à assistência técnica, capacitação e extensão para o fortalecimento da produção agroecológica e consolidação da Rede de Comercialização Solidária, em contraposição à cultura do tabaco no território sul do Rio Grande do Sul”, firmado entre o Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor (CAPA), a Cooperativa Sul Ecológica de Agricultores Familiares Ltda, com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

Tem por objetivo repartir as experiências de organização cooperativa e formação de redes, compartilhando elementos teóricos e práticos que possam contribuir como referência de agricultura familiar diversificada, sustentável e autônoma.

RITA SURITA
coordenadora do CAPA - Pelotas/RS

Índice

Introdução	05
Capítulo I	
A Cultura da Cooperação	07
Os homens são sujeitos de escolhas	08
Cooperação e competição são da natureza humana	08
Passos Rumo a uma Cultura de Cooperação	10
Capítulo II	
História do Cooperativismo	11
Surgimento	12
O Cooperativismo no Rio Grande do Sul	14
Capítulo III	
Cooperação Cooperativa	17
Princípios do Cooperativismo.....	19
Capítulo IV	
Aspectos a considerar na constituição de uma Cooperativa	22
Capítulo V	
Articulação de Cooperativas de Agricultores Familiares em Rede	29
Articulação em Rede	30
A Rede Vida a Granel	31
As Organizações da Rede	32
CAPA	42
Referências	43

Introdução

As profundas mudanças ocorridas nos últimos 40-50 anos na agricultura brasileira, têm trazido conseqüências nos planos social, econômico e ambiental. No plano econômico, temos o aumento da produção e da produtividade, o uso intensivo de bens de capital, como máquinas, adubos químicos, agrotóxicos e sementes alteradas geneticamente. No plano social destacou-se o êxodo rural, o surgimento de categorias sociais bem definidas: o empresário rural, o agricultor familiar capitalizado, o agricultor familiar descapitalizado e em processo de exclusão, meeiros, parceiros, sem – terra e um contingente de trabalhadores assalariados. No plano ambiental, o modelo tecnológico acelerou a destruição de importantes ecossistemas como o cerrado, o pantanal e ultimamente avançando sobre a região amazônica e o pampa gaúcho.

Os agricultores familiares empobrecidos e ameaçados de exclusão se constituem em um contingente considerável no meio rural em todo o Brasil. Tem pouca terra, dedicam-se à produção de alimentos para a subsistência, a venda de excedentes e tem na mão de obra familiar seu maior patrimônio. Buscam com a atividade agrícola ter garantida a sobrevivência do núcleo familiar. Seu móvel não é o lucro, mas a vida digna para si e para seus filhos. Resistem ao êxodo rural e buscam alternativas de permanência na atividade. Políticas públicas específicas como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, e a previdência social – aposentadoria especial para mulheres com 55 anos e homens com 60 anos, tem sido fundamentais para a permanência de um contingente significativo na agricultura. Porém, somente uma inclusão econômica, ou seja, participação efetiva de um circuito da renda e do mercado é garantia de permanência na atividade.

A cooperação entre as pessoas para a solução de problemas comuns é uma fórmula conhecida e sempre de novo lembrada. Porém, entre a teoria e a prática da cooperação permanece enorme distância. Muitas vezes, o entusiasmo inicial para as iniciativas de cooperação desaparece frente as primeiras dificuldades concretas. Então, é comum os próprios instrumentos

de cooperação, como o grupo informal, a associação ou a cooperativa, passarem a ser desacreditadas.

Esta publicação tem como objetivo auxiliar àqueles que estão a frente de processos de cooperação, em especial entre agricultores familiares que buscam sua inserção qualificada nos circuitos de mercado e de renda.

A sobrevivência da agricultura familiar no Brasil, não subordinada totalmente aos grandes complexos agroindustriais, depende de sua capacidade de organização cooperativa. Porém, chegar a formação de Organizações Cooperativas voluntariamente organizadas e democraticamente controladas por seus integrantes continua a ser um grande desafio.

Capítulo I

A Cultura da Cooperação



A principal diferença do ser humano em relação aos animais é a consciência. O homem tem consciência de si, de seus atos, da sua relação com outros homens e com a natureza. Os animais agem e reagem conforme seus instintos, que são da sua natureza. Os homens são dotados de livre arbítrio.

Os homens são sujeitos de escolhas

O homem primitivo, na sua árdua luta pela sobrevivência, foi estabelecendo jeitos de se relacionar com seus semelhantes. Foram constituindo grupos, clãs, tribos. Com o passar do tempo, as relações foram tomando formas mais complexas, buscando satisfazer também cada vez mais sonhos e desejos criados. Estas relações definem nossa organização nos campos da economia, política e cultura.

Desde os tempos mais remotos da humanidade até nossos dias, a cooperação – ato de realizar tarefas de forma conjunta na realização de objetivos comuns – aparece juntamente com as práticas competitivas – disputa de espaços, recursos e poderes.

Cooperação e competição são da natureza humana

Porém, na nossa sociedade as práticas competitivas passaram a predominar. Estabeleceu-se uma Cultura de Competição – ou seja, a sociedade passa a dar um valor positivo à prática da competição.

Segundo Leonardo Boff, em texto publicado na Folha de São Paulo, em junho de 2003,

“... É difícil para a grande maioria da humanidade saber o que é correto e que não é. Esse obscurantismo do horizonte ético redundando numa insegurança muito grave na vida e numa permanente tensão nas relações sociais, agravada pela lógica dominante da economia e do mercado, que se

rege pela competição, e não pela cooperação, dificultando destarte o encontro de estrelas e guias e de pontos de referência comuns” (Boff, 2003).

Estamos vivendo em uma sociedade globalizada, onde nosso jeito de produzir e consumir tem efeito não apenas local, mas afeta outras populações, mesmo que distantes de nós. Vejamos o caso do efeito estufa: o aquecimento da atmosfera origina-se, em grande parte, a partir do jeito de produzir e consumir de alguns países desenvolvidos, principalmente os Estados Unidos. O grande consumo de combustíveis a partir do petróleo acaba jogando enorme quantidade de gases na atmosfera, dando origem ao efeito estufa. As consequências deste fenômeno afetam as populações das partes mais longínquas do planeta, como do Pólo Norte, onde de degelo de enormes regiões compromete suas condições de vida.

Estamos desafiados a estabelecer novas relações entre os homens e estes com a natureza. O padrão de consumo criado pela sociedade capitalista não é sustentável para o planeta. Não se trata de condenar os avanços que a humanidade alcançou, muitos tendo por base o paradigma da competição. São inegáveis os progressos alcançados nas áreas do conhecimento científico e tecnológico, dos direitos sociais, da democracia. Porém, este desenvolvimento cobra sua conta: problemas ambientais, injustiças sociais e crise nas relações pessoais e comunitárias.

Urge estabelecer novos padrões nas relações pessoais e com a natureza. A mentalidade competitiva deve perder força, dando espaço para a mentalidade da cooperação. Não se trata de substituir o padrão competitivo. Mas fortalecer outros valores nas relações humanas e com a natureza, tais como: o respeito e valorização da diversidade; afetividade; harmonia e sustentabilidade.



A COOPERAÇÃO ACONTECE NO
DIÁLOGO DAS DIFERENÇAS,
NA BUSCA DO BEM COLETIVO

Passos Rumo a uma Cultura de Cooperação

O que fazer para que as pessoas despertem para a idéia da cooperação? Nossa sociedade estimula o individualismo e a competição. Nesta lógica, alguns poucos são bem sucedidos e destacados como vencedores. Porém, uma grande parcela desanima e acaba por se acomodar. São os vencidos em nossa sociedade.

Para dar passos rumo a uma Cultura da Cooperação é preciso mexer com as pessoas, seus valores e atitudes. É preciso apostar em cada pessoa e nas suas potencialidades.

“Trabalhar em uma cultura que pressupõe cooperação é auxiliar sujeitos a se descobrirem protagonistas de suas histórias, de seus fazeres e, portanto, responsáveis perante suas escolhas” (SEBRAE)

Em termos metodológicos, a cooperação pressupõe o exercício permanente da participação. Oportunizar o exercício da participação é possibilitar que cada pessoa descubra seus valores e suas potencialidades e se encoraje colocá-los em prática.



Capítulo II

História do Cooperativismo



Surgimento

A Inglaterra é considerado o país onde o cooperativismo surgiu nos moldes como o conhecemos nos dias de hoje. Há 200 anos descobriu-se a máquina a vapor, que usada nas indústrias, começou a revolucionar o processo de fabricação. Milhares de operários foram substituídos pela máquina. O processo conhecido como Revolução Industrial deu-se em toda a Europa, mas foi na Inglaterra que ele foi mais intenso e cruel.

A mecanização da indústria possibilitou a criação da classe de operários das fábricas, mas também o desemprego em massa, ou seja, um enorme problema social. Foi um período de muitas idéias e propostas para mudar a situação dos mais pobres. Surge o sindicalismo, organização dos operários pela melhoria dos seus salários e condições de trabalho nas fábricas. Karl Marx, em 1848, lança o Manifesto Comunista, pregando a luta de classes para alcançar a justiça social. A Europa é sacudida por revoluções e desordens, resultado do imenso problema social.

Neste contexto, um grupo de 28 tecelões de Rochdale, Inglaterra, começaram a elaborar uma alternativa para sua situação. Assim, após um ano de reuniões, no ano de 1844, havendo economizado uma libra esterlina cada um, resolveram formar uma sociedade para comprar em conjunto bens de consumo. Nasceu assim, o armazém Beco do Sapo, organização solidária assentada em um conjunto de princípios, fundamentos do cooperativismo que se espalhou por todo o mundo.

A cooperativa idealizada pelos 28 tecelões baseou-se nos seguintes princípios:

- adesão livre e espontânea;
- absoluta neutralidade política e religiosa;
- prática da democracia: 1 pessoa = 1 voto;
- eliminação do lucro, com retorno das sobras aos associados conforme suas operações;

- retribuição ao capital com juros limitados;
- vendas à vista dos bens de consumo;
- estímulo à educação, para preparar as gerações futuras e garantir a continuidade do sistema.

Estes princípios foram determinantes para o sucesso da cooperativa. Muitas outras experiências anteriores fracassaram, provavelmente por falta de um conjunto de normas orientadoras. Os princípios definidos pelos pioneiros de Rochdale formaram uma sólida base para o cooperativismo, cuja doutrina e prática se espalhou por todo o mundo.

Alguns aspectos do programa cooperativo dos pioneiros de Rochdale:

“A sociedade tem por fim realizar um benefício pecuniário (em dinheiro) e melhorar a condição doméstica e social de seus membros, reunindo um capital dividido em ações de uma libra esterlina, para levar à prática os seguintes objetivos”:

- Abrir um armazém para a venda de gêneros alimentícios, roupas etc.
- Comprar ou construir casas para os membros que desejarem ajudar-se mutuamente, com o fim de melhorar o seu próprio estabelecimento doméstico e social.
- Iniciar a fabricação de artigos que a sociedade julgar conveniente para proporcionar trabalho aos membros que não tiverem ocupação ou que estiverem sujeitos a contínuas reduções em seus salários.
- Adquirir ou arrendar campos para serem cultivados pelos membros desocupados, ou por aqueles cujo trabalho não receba a devida remuneração.

Curiosidades:

* Os 28 tecelões levaram um ano discutindo como sua organização cooperativa funcionaria – teoria antecede a prática.

*Um dos 28 pioneiros de Rochdale, Howarth, de profissão curtidor, tinha participado de experiências cooperativistas anteriores que fracassaram.

*Pessoas simples, operários, foram capazes de idealizar uma proposta

generosa para a humanidade.

*As mercadorias colocadas a venda no armazém Beco do Sapo consistiam de pequenas quantidades de manteiga, açúcar, farinha e aveia.

O Cooperativismo no Rio Grande do Sul

A idéia de cooperativismo chegou ao Rio Grande do Sul através dos imigrantes europeus, alemães e italianos, a partir de meados do século XIX. Experiências concretas surgem na região colonial alemã do RS com a implantação das Caixas de Crédito Rural. Em 1902, por iniciativa do Padre suíço Theodor Amstadt, foi fundada a primeira Caixa Rural Cooperativa, em Nova Petrópolis, Rio Grande do Sul. Através da militância do Pe. Amstadt, outras cooperativas de crédito se constituíram na região colonial.

Em 1911 foi fundada a Cooperativa Agrícola de Caxias, sob a liderança do italiano Stéfano Paterno, técnico trazido pelo governo do RS para organizar os vitivinicultores em cooperativa, para eliminar intermediários e garantir a qualidade do vinho no grande centro consumidor – São Paulo.

O governo provincial do Rio Grande do Sul, de forte cunho positivista, estimulando a formação de cooperativas entre os agricultores, inicia uma prática comum do Estado brasileiro: valer-se do cooperativismo para atingir seus objetivos na agricultura.

A partir dos anos de 1930, com o processo de industrialização no Brasil e a conseqüente formação de um contingente urbano de consumidores o governo estimula a formação de Cooperativas Mistas Agrícolas, visando o abastecimento com gêneros alimentícios.

A concessão de benefícios fiscais às cooperativas levou que comerciantes, transformassem suas casas vendas em cooperativas, aliciando agricultores em seu entorno.

A partir de 1950, o governo brasileiro buscou diminuir a importação de trigo, estimulando a produção nacional. Para tanto, outra vez, buscou a

concretização de sua política através da implantação de cooperativas – as Cooperativas Tritícolas, que foram fundamentais no processo de modernização da agricultura brasileira, tendo a cultura da soja como carro chefe. Todo o sistema de crédito rural foi vinculado às cooperativas – repasse – que obrigou os produtores a ela se vincularem.

Em 1971, o governo brasileiro promulga a lei 5764, definindo a Política Nacional do Cooperativismo. As cooperativas eram tuteladas pelo Estado, ocorrendo inclusive intervenções por parte do INCRA, constatadas fraudes ou irregularidades. A constituição de uma cooperativa dependia, inclusive, de autorização do Governo.

Com o processo de redemocratização, a partir dos anos 80, a Política Nacional de Cooperativismo passa a sofrer questionamentos. A sociedade civil retoma seu protagonismo e começam a surgir experiências fora do âmbito da tutela de governo. Ressurgem as cooperativas de crédito. Os movimentos sociais criam suas cooperativas: MST, FETRAF etc. A Constituição de 1988 contemplou o anseio da sociedade civil e assim incorporou no texto constitucional:

Art.5º, Inc XVIII - A criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas independem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento.

Com a vigência do novo texto constitucional, o papel do Estado na Constituição e o funcionamento de cooperativas ficam limitados. É o início de um novo tempo para o cooperativismo brasileiro, onde o desafio de autogestão está colocado para o sistema cooperativista brasileiro.

Porém, permanece em vigor a lei 5764/71. Há 20 anos o Congresso Brasileiro não consegue votar uma nova lei que flexibilize e incorpore os anseios já contemplados na Constituição vigente. Diversos projetos estão em disputa e uma definição parece que vai ainda demorar.

Na página seguinte seguem alguns artigos e incisos extraídos da lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971.

CAPÍTULO II

Das Sociedades Cooperativas

Art.3º Celebram contrato de sociedade cooperativa as pessoas que reciprocamente se obrigam a contribuir com bens ou serviços para o exercício de uma atividade econômica, de proveito comum, sem objetivo de lucro.

Art.4º As cooperativas são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas a falência, constituídas para prestar serviços aos associados, distinguindo-se das demais sociedades pelas seguintes características:

I – adesão voluntária, com número ilimitado de associados, salvo impossibilidade técnica de prestação de serviços;

II - variabilidade do capital social representado por quotas-partes;

III - limitação do número de quotas-partes do capital para cada associado, facultado, porém, o estabelecimento de critérios de proporcionalidade, se assim for mais adequado para o cumprimento dos objetivos sociais;

IV - inaccessibilidade das quotas-partes do capital a terceiros, estranhos à sociedade;

V - singularidade de voto, podendo as cooperativas centrais, federações e confederações de cooperativas, com exceção das que exerçam atividade de crédito, optar pelo critério da proporcionalidade;

VI - quorum para o funcionamento e deliberação da Assembléia Geral baseado no número de associados e não no capital;

VII - retorno das sobras líquidas do exercício, proporcionalmente às operações realizadas pelo associado, salvo deliberação em contrário

da Assembléia Geral;

VIII - indivisibilidade dos fundos de Reserva e de Assistência Técnica Educacional e Social;

IX - neutralidade política e indiscriminação religiosa, racial e social;

X - prestação de assistência aos associados, e, quando previsto nos estatutos, aos empregados da cooperativa;

XI - área de admissão de associados limitada às possibilidades de reunião, controle, operações e prestação de serviços.

CAPÍTULO III

Do Objetivo e Classificação das Sociedades Cooperativas

Art. 5º As sociedades cooperativas poderão adotar por objeto qualquer gênero de serviço, operação ou atividade, assegurando-se-lhes o direito exclusivo e exigindo-se-lhes a obrigação do uso da expressão "cooperativa" em sua denominação.

Parágrafo único. É vedado às cooperativas o uso da expressão "Banco".

Art. 6º As sociedades cooperativas são consideradas:

I - singulares, as constituídas pelo número mínimo de 20 (vinte) pessoas físicas, sendo excepcionalmente permitida a admissão de pessoas jurídicas que tenham por objeto as mesmas ou correlatas atividades econômicas das pessoas físicas ou, ainda, aquelas sem fins lucrativos;

A lei 5.764 pode ser encontrada de forma integral no seguinte endereço:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5764.htm

Capítulo III

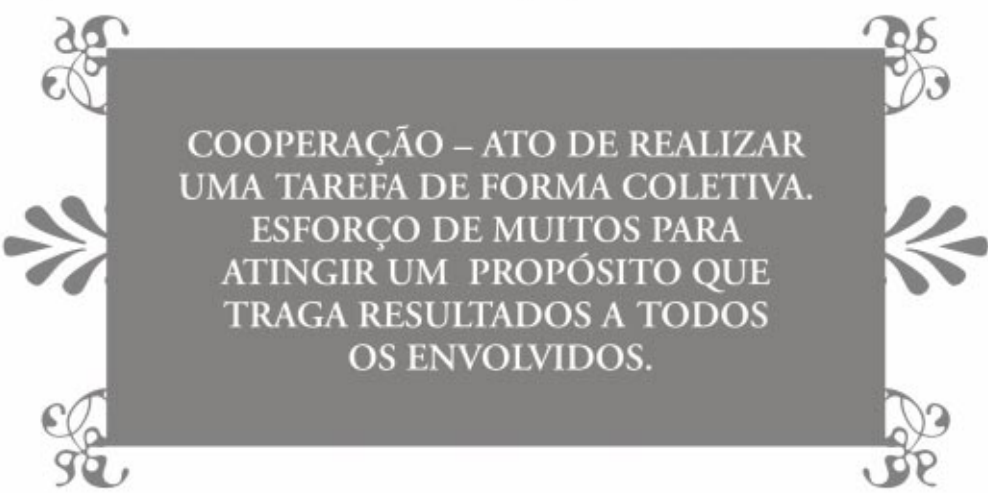
Cooperação Cooperativa



A vida comunitária e a prática da solidariedade estão fortemente presentes no meio rural, especialmente entre os agricultores familiares. Vizinhos se ajudam em situações de doença ou pico de serviço, como a colheita. A organização comunitária se expressa em diversas áreas: em religiosa, cultural, educacional e esportiva. Porém, na esfera econômica, vale o ditado popular: cada um por si, Deus por todos.

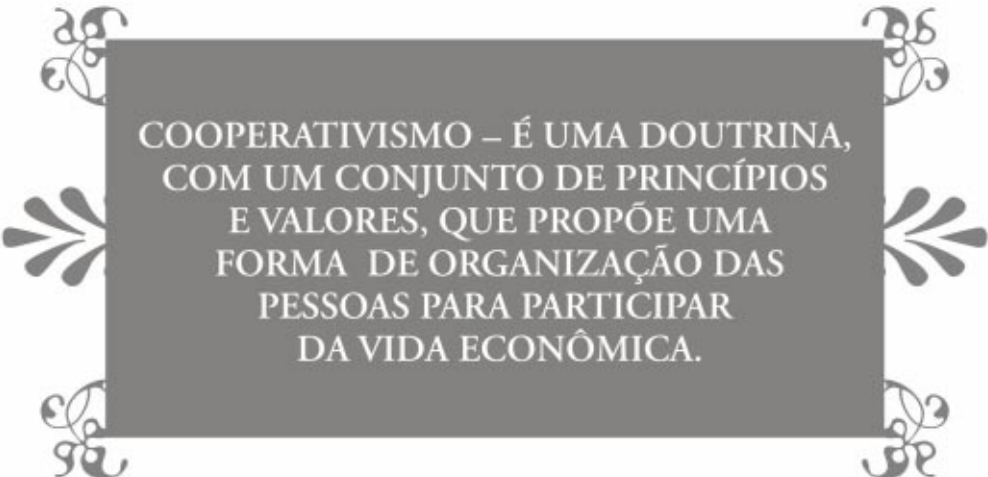
Assim, a comercialização dos produtos depende ainda, em muitos casos, de intermediários, bem como os insumos necessários à produção. O mercado e suas exigências não são conhecidos por parte dos agricultores. A renda auferida com a venda dos produtos aos intermediários torna-se insuficiente para atender às necessidades da família e aos anseios dos mais jovens. O resultado, muitas vezes, é a migração da força de trabalho para as cidades, na busca de um emprego.

Para superar esta situação e criar as condições necessárias para a permanência da população no meio rural, é preciso despertar nos agricultores a vontade da cooperação no plano econômico. Vivemos em uma sociedade capitalista, que estimula o individualismo e a competição. Todos tem o desejo de melhorar sua condição de vida e assim acessar os bens produzidos pelos avanços tecnológicos. Porém, o caminho para partilhar desta condição exige uma nova postura: superar o individualismo e dar passos no sentido de uma cultura da cooperação.



COOPERAÇÃO – ATO DE REALIZAR
UMA TAREFA DE FORMA COLETIVA.
ESFORÇO DE MUITOS PARA
ATINGIR UM PROPÓSITO QUE
TRAGA RESULTADOS A TODOS
OS ENVOLVIDOS.

O cooperativismo é uma idéia surgida na Inglaterra, em um contexto de grande dificuldade dos trabalhadores, que acabou se espalhando pelo mundo todo. Temos argumentos de sobra para criticar exemplos práticos de cooperativas no Brasil. Mas também temos muitos exemplos bons, que se mantêm coerentes com a idéia original da doutrina cooperativista. Precisamos conhecer a origem e a filosofia do cooperativismo, procurar compreender seus valores e sua prática social.



COOPERATIVISMO – É UMA DOCTRINA,
COM UM CONJUNTO DE PRINCÍPIOS
E VALORES, QUE PROPÕE UMA
FORMA DE ORGANIZAÇÃO DAS
PESSOAS PARA PARTICIPAR
DA VIDA ECONÔMICA.

O cooperativismo funda-se em valores, como democracia, igualdade, solidariedade, equidade e ajuda mútua. Os associados devem se orientar por valores éticos de honestidade, transparência, responsabilidade social e preocupação pelo seu semelhante.

Princípios do Cooperativismo

Os pioneiros de Rochdale formularam um conjunto de princípios – verdadeiros mandamentos – que norteiam o funcionamento de uma cooperativa. Durante estes 150 anos desde esta formulação, os princípios

praticamente permaneceram inalterados. A seguir enumeramos e descrevemos os sete Princípios do Cooperativismo, que são universais, de acordo com a Aliança Cooperativa Internacional:

1 - Adesão livre e voluntária - cooperativas são organizações voluntárias abertas para todas as pessoas aptas para usar seus serviços e dispostas a aceitar suas responsabilidades de sócio sem discriminação de gênero, social, racial, política ou religiosa.

As pessoas são livres para se associar em uma cooperativa, podendo dela sair a qualquer tempo. A cooperativa não é obrigada a aceitar qualquer um como sócio. Cabe a sociedade avaliar a conveniência de aceitar novos sócios. Uma vez aceito na cooperativa, o novo sócio é obrigado a respeitar os estatutos e as normas da sociedade.

2 – Gestão democrática - as cooperativas são organizações democráticas, controladas por seus sócios, os quais participam ativamente no estabelecimento de suas políticas e nas tomadas de decisões. Cada sócio ou sócia tem direito a um voto, independente de seu capital na cooperativa. Os dirigentes são eleitos em assembléia geral e representam todos os sócios.

3 - Participação econômica dos sócios – cada sócio deve contribuir para a formação do capital de sua cooperativa, através de subscrição e integralização de quotas-partes. A finalidade da cooperativa é prestar um bom serviço. Assim, o capital recebe remuneração limitada. O objetivo não é o lucro, mas obter uma boa prestação de serviço. As operações dos sócios durante o ano podem resultar, deduzidos os custos operacionais e de investimentos, em excedentes ou sobras. A legislação prevê fundos obrigatórios, como o Fundo de Reserva e o FATES – Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social, para onde devem ser destinados, no mínimo, 15% das sobras. O restante das sobras fica para decisão a Assembléia Geral, que poderá destiná-las para a cooperativa ou para distribuição entre os sócios, conforme as operações realizadas por cada um.

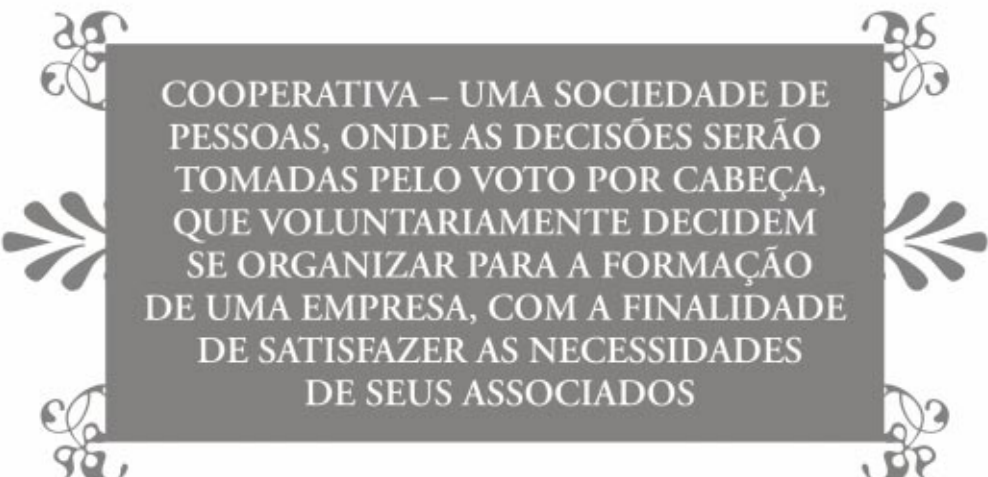
4 - Autonomia e Independência - as cooperativas são organizações autônomas de ajuda mútua. Entrando, em acordo operacional com outras

entidades, inclusive governamentais, ou recebendo capital de origem externa, elas devem fazer em termos que preservem o seu controle democrático pelos sócios e mantenham sua autonomia.

5 - Educação, formação e informação - as cooperativas devem promover a educação e a formação de seus membros, dos seus representantes e seus funcionários, para que todos possam contribuir efetivamente para o seu desenvolvimento. Também informam o público em geral, particularmente os jovens e os líderes formadores de opinião sobre a natureza e os benefícios da cooperação.

6 - Cooperação entre cooperativas - as cooperativas atendem seus sócios mais efetivamente e fortalecem o movimento cooperativo trabalhando juntas, e de forma sistêmica, através de estruturas locais, regionais, nacionais e internacionais, através de Federações, Centrais, Confederações etc.

7 - Preocupação com a comunidade - as cooperativas trabalham pelo desenvolvimento sustentável de suas comunidades, através de políticas aprovadas pelos seus membros, assumindo um papel de responsabilidade social junto as comunidades onde estão inseridas.



COOPERATIVA – UMA SOCIEDADE DE
PESSOAS, ONDE AS DECISÕES SERÃO
TOMADAS PELO VOTO POR CABEÇA,
QUE VOLUNTARIAMENTE DECIDEM
SE ORGANIZAR PARA A FORMAÇÃO
DE UMA EMPRESA, COM A FINALIDADE
DE SATISFAZER AS NECESSIDADES
DE SEUS ASSOCIADOS

Aspectos a considerar na Constituição de uma Cooperativa



Este capítulo dirige-se aos técnicos que assessoram grupos de agricultores familiares com vistas a formação de uma cooperativa. Muitas vezes a idéia de formação de uma cooperativa é apresentada por agentes externos ao grupo social. A história mostra que a maioria das cooperativas se constitui com impulsos externos. Porém, convém observar alguns cuidados nesta fase anterior a formação, que poderão ser determinantes para o futuro da organização cooperativa, em termos de participação das pessoas no destino.

A gênese – forma de nascimento – de uma cooperativa irá determinar todo seu futuro. Por isso é fundamental e decisiva a fase anterior à constituição de uma cooperativa.

1) Experiências Associativas – as famílias já tem experiência de participação em associações comunitárias e/ou grupos de assistência técnica. Qual é o aprendizado que cada um teve com estas experiências? A participação nestas iniciativas foi aumentando com o passar do tempo? Enfim, convém avaliar bem o acúmulo que o grupo já tem em termos de associativismo.

2) Identidade – existe já uma idéia de pertencimento das famílias? Deve-se avaliar se já estão presentes valores e idéias comuns, que configuram uma identidade mínima entre as pessoas.

3) Lideranças – a presença de pessoas no grupo com capacidade de liderança é fundamental para um projeto cooperativo. Deve-se verificar se algumas pessoas são dirigentes de comunidades religiosas, associações comunitárias etc. Desejável é que alguns tenham participação em fóruns, como Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural ou outros conselhos do Município (saúde, assistência social etc).

4) Nível Educacional – a constituição de uma cooperativa traz exigências legais, como os estatutos, as atas e a contabilidade. É desejável que ao menos as lideranças tenham escolaridade mínima para corretamente atender às exigências da legislação.

5) Participação das mulheres e jovens – é um bom indicador para o sucesso de um projeto de cooperativa. As decisões na agricultura familiar são geralmente tomadas em família. O envolvimento de todo o grupo familiar nesta etapa é muito importante.

6) Forma de tomada de decisões – como as pessoas tomam decisões nas suas comunidades religiosas ou em outras organizações? Discutem os assuntos antes de decidir ou seguem a decisão de uma liderança, simplesmente? É desejável que já haja uma prática mais democrática de tomada de decisões.

7) Viabilidade do Negócio – ao se propor a formação de uma cooperativa, se pretende atuar em algum negócio. No caso de agricultores familiares, geralmente a comercialização de seus produtos, com seu beneficiamento e/ou industrialização, bem como insumos para a produção. Deve-se avaliar bem as chances de uma futura cooperativa na área do negócio. Geralmente a cooperativa terá que enfrentar outros agentes econômicos, como comerciantes e intermediários, que já têm um histórico de relações com os agricultores. Deve-se trabalhar o grupo que o desafio a ser enfrentado não são os comerciantes e intermediários. O desafio a ser enfrentado é a realidade, que precisa ser mudada. Os comerciantes e intermediários já não conseguem mais dar as respostas necessárias aos agricultores. A cooperativa não está sendo formada para competir com os comerciantes/intermediários. Ela deve ter um papel inovador, aumentando a produção através da assistência técnica, crédito, sementes melhoradas e buscando novos mercados para os produtos dos agricultores. Ela deverá articular as políticas públicas para a agricultura familiar, para que os agricultores tomem conhecimento e passem a acessá-las: PRONAF em suas modalidades; assistência técnica e pesquisa oficial. Outras políticas, como de comercialização via CONAB (Formação de Estoque, Aquisição da Agricultura Familiar), dependem de uma cooperativa para beneficiar os agricultores. A médio prazo, uma cooperativa irá criar um ambiente favorável até mesmo para os próprios comerciantes. Porém, na fase inicial, estes agirão contrários a sua implantação e exercerão influência sobre os agricultores. É, sem dúvida, uma etapa crucial para o sucesso da implantação de uma cooperativa.

8) Opinião Pública – a constituição de uma cooperativa depende, para seu sucesso, de uma série de fatores. Fundamentais são a decisão, a vontade e a clareza de objetivos de seus participantes. Porém, também é importante que se consiga passar à opinião pública a mensagem de que a iniciativa trará resultados positivos para toda a comunidade. É inevitável que haja o debate em torno da validade da iniciativa e suas possibilidades de êxito. Na fase inicial, em que os resultados por si não conseguem justificar a criação da cooperativa, é relevante ter sustentação na opinião pública.

9) Apoios externos – como já vimos, não é comum grupos marginalizados ou em situação econômica difícil, se organizarem espontaneamente em cooperativa. A presença de técnicos, assessores e/ou animadores tem importante papel. Porém, as organizações - sejam governamentais ou não governamentais, devem avaliar muito bem a decisão de incentivar um grupo a se organizar em cooperativa. Com certeza, os agricultores esperam um apoio para muito além da constituição da cooperativa. Esperam também um acompanhamento posterior. A organização deve avaliar muito bem se tem também esta condição de acompanhamento, que não raras vezes é uma verdadeira tutela inicial. O grupo precisa desta certeza para ter a confiança necessária para dar os primeiros passos. Observa-se que existem muitas organizações dispostas a assessorar o trabalho de constituição de uma cooperativa. Porém, dão por concluída sua tarefa no momento da fundação. Para os agricultores o acompanhamento posterior à fundação é tão ou mais importante que o inicial. Poderá se argumentar que trata-se de paternalismo. Na proposta de tutelar grupos fragilizados na sua organização em cooperativa pode até haver certa dose de paternalismo. Porém, a visão dos agricultores é diferente da dos acadêmicos. Eles querem ter a garantia de que o técnico/assessor comunga daquela proposta, e não apenas vende uma receita aos outros.

10) Discussão dos Objetivos e Estatutos de uma Cooperativa – os estatutos de uma cooperativa devem obedecer um padrão conforme a lei 5764/71. Porém o grupo deve definir claramente o que a sua cooperativa deverá fazer. São os objetivos que serão descritos no próprio estatuto.

Outras definições que o grupo deverá tomar: mandato dos dirigentes

(mínimo de um ano e máximo de quatro anos); valor da quota-parte; prazo de antecedência para convocação de assembléias gerais (mínimo de 10 dias).

A questão do capital social, para qual todo associado deverá contribuir (quota-parte), é um assunto delicado a ser trabalhado. Bom e coerente com os princípios cooperativistas seria que cada sócio-fundador contribuísse com o capital necessário para que a cooperativa pudesse iniciar suas operações, montando sua infra-estrutura e logística. Porém, isso não é viável entre as pessoas que enfrentam dificuldades. Estes recursos advêm geralmente de outras fontes (financiamentos, aportes de recursos governamentais sem retorno etc). Qual então o sentido de cada associado contribuir com pequenos valores?

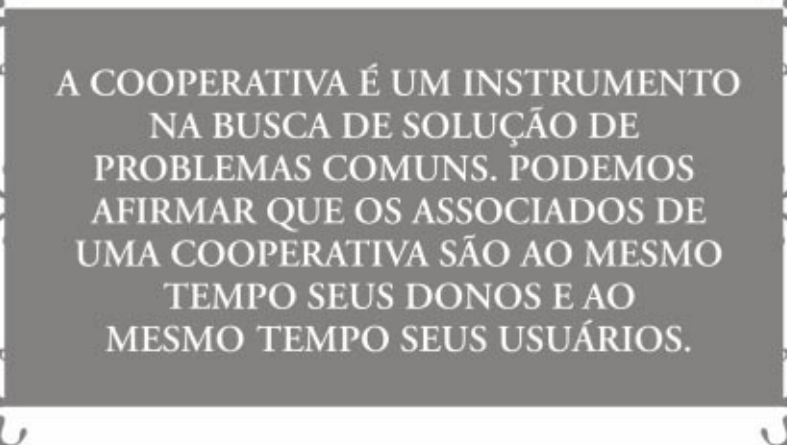
Em primeiro lugar, trata-se de uma exigência legal: cada sócio é dono e tem uma parte do capital na sociedade. Em segundo lugar, mesmo sendo um valor pequeno, a integralização (pagamento) das quotas-partes configura a efetiva participação do associado na sociedade.

11) Responsabilidade do Associado – na fase de discussão sobre a constituição de uma cooperativa, uma dúvida está presente na cabeça dos agricultores: se a cooperativa não der certo e na sua liquidação ficarem dívidas, meu patrimônio pessoal pode ser exigido pelos credores? É necessário esclarecer bem este ponto. Nas cooperativas de responsabilidade limitada, conforme a lei 5764/71, o associado responde aos compromissos de sua cooperativa até o limite do valor de suas quotas-partes. Seu patrimônio pessoal não será comprometido por fazer parte de uma cooperativa.

Art. 11 - As sociedades cooperativas serão de responsabilidade limitada, quando a responsabilidade do associado pelos compromissos da sociedade se limitar ao valor do capital por ele subscrito.

Na constituição de uma cooperativa encontramos sempre dois aspectos fundamentais: o social – união de pessoas -, e o econômico – formação de uma empresa. A finalidade da constituição de uma cooperativa é a prestação

de serviços aos associados. A constituição de uma cooperativa não é um objetivo em si, mas um meio para se alcançar um objetivo.



A COOPERATIVA É UM INSTRUMENTO
NA BUSCA DE SOLUÇÃO DE
PROBLEMAS COMUNS. PODEMOS
AFIRMAR QUE OS ASSOCIADOS DE
UMA COOPERATIVA SÃO AO MESMO
TEMPO SEUS DONOS E AO
MESMO TEMPO SEUS USUÁRIOS.

Os associados exercem sua condição de donos de sua cooperativa na medida em que:

- decidem, através do voto por cabeça em assembléia geral, os cargos de direção e fiscalização;
- subscrevem e integralizam suas quotas-partes;
- podem ser eleitos para cargos de direção e fiscalização;
- participam do rateio de sobras ou cobertura de perdas.

Os associados exercem a condição de usuários da sua cooperativa na medida em que:

- realizam operações de natureza comercial;
- recebem prestação de serviços, como assistência técnica.

Esta dupla condição do associado, de ser ao mesmo tempo dono e usuário de sua cooperativa, é um problema para o cooperativismo. É muito

comum encontrar associados de cooperativas que se restringem unicamente a condição de usuários, mantendo uma relação comercial unicamente. Estes se referem a sua cooperativa como se fosse apenas uma casa de negócios. Ao realizar uma operação de entrega de produto, referem-se como sendo uma venda. O associado não vende para sua cooperativa, pois é seu dono. Ele apenas entrega sua produção para que sua cooperativa encontre o melhor negócio.

Diversas são as razões para que o associado não exercite sua condição de dono. Citamos apenas três:

1) Forma de Ingresso – muitas vezes, a cooperativa é o único caminho para o escoamento de determinado produto, como o leite, por exemplo. Ao se decidir pela produção de leite, busca na cooperativa o espaço de venda. Sua adesão não parte de um ato consciente e voluntário de participar de uma sociedade cooperativa. Muitas vezes os próprios dirigentes não tem interesse em esclarecer o que implica em fazer parte de uma cooperativa.

2) Comodismo – muitos preferem a opção cômoda de ficar apenas na condição de usuário. Não raro dão palpites sobre os rumos que a cooperativa deveria tomar, mas não participam das instâncias de decisão. Enquanto lhe convem, permanece operando com a cooperativa, mas frente a primeira dificuldade, sente-se livre para buscar outros caminhos.

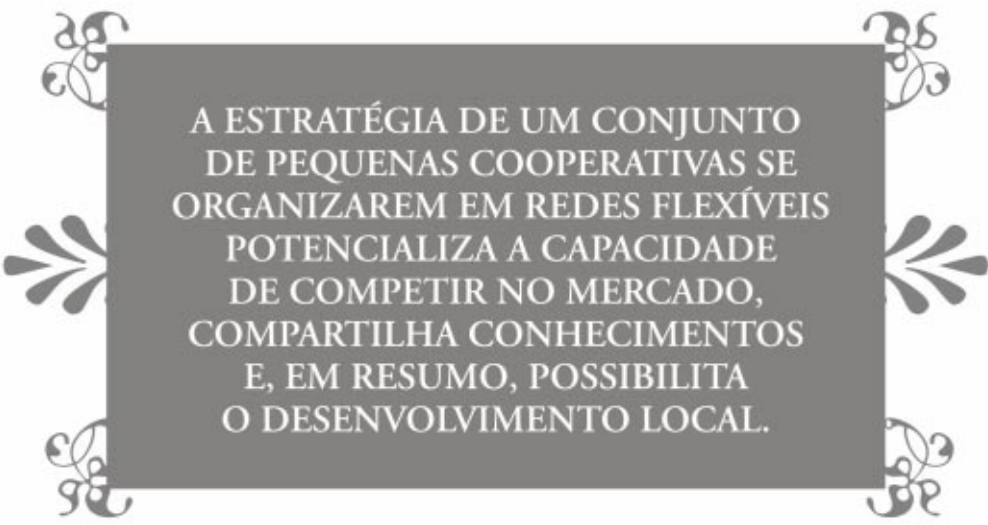
3) Alternância de Dirigentes – o cooperativismo é de matiz parlamentarista e a própria Lei 5764/71 prevê a alternância de dirigentes para os cargos de direção e fiscalização. Porém na prática, muitos presidentes se perpetuam, e são vistos como os donos da cooperativa, até por parte do quadro social.

Articulação de Cooperativas de Agricultores Familiares em Rede



Articulação em Rede

As cooperativas são organizações de pessoas que constituem uma empresa para atuar na economia. Estes dois aspectos presentes, social e econômico, são um desafio permanente. A lógica da economia de mercado coloca desafios à empresa cooperativa, em termos de capacidade de competição, quantidade e regularidade de fornecimento de produtos, que contrastam com sua dinâmica social. Para o mercado é preciso crescer. Cooperativas menores favorecem a participação social. A cooperação inter cooperativa em forma de rede flexível vem sendo ensaiada por cooperativas de agricultores familiares, favorecidas pelos programas governamentais num primeiro momento. Porém, buscando o mercado formal, em um segundo momento. Cássio Martinho define redes como sendo “uma forma de organização democrática constituída de elementos autônomos, interligados de maneira horizontal e que cooperam entre si” (MARTINHO, 2003). Segundo Hermann, “redes são sistemas organizados capazes de reunir indivíduos e instituições, de forma democrática e participativa, em torno de objetivos e/ou temáticas comuns”. A articulação de maneira horizontal é a característica central da rede flexível.



A ESTRATÉGIA DE UM CONJUNTO
DE PEQUENAS COOPERATIVAS SE
ORGANIZAREM EM REDES FLEXÍVEIS
POTENCIALIZA A CAPACIDADE
DE COMPETIR NO MERCADO,
COMPARTILHA CONHECIMENTOS
E, EM RESUMO, POSSIBILITA
O DESENVOLVIMENTO LOCAL.

A Rede Vida a Granel



A vida a Granel – Produtos Orgânicos e Coloniais é uma rede de relações e parcerias, entre organizações da agricultura familiar, que busca reunir a diversidade produtiva da região Sul do RS, com o objetivo comum de avançar na comercialização solidária, gerando maior visibilidade para a produção de base familiar e oportunidades de negócios.

A Rede busca consolidar e qualificar os processos de integração entre produção e consumo. Visa também, ampliar as parcerias e formar uma aliança estratégica entre os agricultores familiares pertencentes à Rede, o setor mini-atacadista e os pequenos varejistas, ampliando os espaços de mercado justo e solidário.

Ocupada e colonizada por imigrantes pomeranos, alemães, italianos, portugueses, franceses, poloneses e africanos remanescentes de quilombos, estes povos trouxeram para Pelotas e região sul do RS, uma grande diversidade étnica e também o que hoje se chama de agricultura de base familiar. Uma série de fatores contribuiu para que se concentrassem aqui, um amplo conjunto de organizações da agricultura familiar, que apoiadas pelo CAPA, formaram esta rede de comercialização e produção. A rede

Vida a Granel – Produtos Orgânicos e Coloniais se caracteriza por seu grande potencial na produção diversificada de alimentos, na sua maioria de base ecológica.

Comprar da rede significa fortalecer e apoiar a agricultura familiar.

www.vidaagranel.com.br

As Organizações da Rede

ARPA-SUL

No município de Pelotas/RS encontramos a Associação Regional de Produtores Agroecologistas da Região Sul - Arpa-Sul, fundada em 15 de setembro de 1995, hoje composta por aproximadamente 35 famílias de agricultores familiares que trabalham exclusivamente no modelo agroecológico.

A Arpa-Sul foi criada com o objetivo de viabilizar a pequena propriedade rural através da agroecologia e também como forma de superar em conjunto os problemas comuns pertinentes a um agricultor ecológico que envolve principalmente a produção e a comercialização.



Contato Comercial

Enio Nilo Ludwig Schiavon - Fone: (53)9987.0339 ou (53)8122.7867

E-mail: associacaoarpasul@gmail.com

Endereço: Avenida Fernando Osório, nº. 2889 – Pelotas R/S.

COOMELCA

No município de Canguçu/RS está localizada a Cooperativa de Apicultores de Canguçu – COOMELCA Ltda, fundada em 12 de Novembro de 2002 que conta atualmente com 12 famílias cooperadas.



A Coomelca foi criada para:

- * Apoiar e promover o desenvolvimento da apicultura junto a órgãos públicos e privados, com ação de interesse da cooperativa;
- * Congregar pessoas e entidades envolvidas na atividade e em atuação no território nacional;
- * Desenvolvimento de pesquisas voltadas para a produção e aumento de consumo de produtos apícolas;
- * Compra e fornecimento de materiais e equipamentos aos associados;
- * Envase de produtos para venda nos mercados local, nacional e internacional;
- * Recebimento de análise, beneficiamento, padronização e classificação de produtos próprios, se for o caso registrando as marcas necessárias;

A COOMELCA tem como principal objetivo a defesa sócio-econômica dos seus associados, organizando o trabalho individual e tratando seus interesses junto a terceiros.

Contatos Comerciais

Ildo Winkel (Presidente) - Telefone: (53) 9106 3221

E-mail: coomelca@gmail.com

Ilza Martins Xavier (Secretária) - Telefone: (53) 3252 7393

Escritório: Rua Silva Tavares, 1077 Cep. 96600-000 – Canguçu/RS

Tel.: (53) 3252 1028 - Fax: (53) 3252 1011 - Cel.: (53) 8407 6386

Entrepósito BR 392 km 124 - Distrito Industrial – Canguçu/RS

COOPAR

A COOPAR – Cooperativa Mista dos Pequenos Agricultores da Região Sul está localizada no município de São Lourenço do Sul/RS, foi fundada no ano de 1992 e hoje conta com 2.050 associados. A COOPAR foi criada para atender as necessidades dos agricultores familiares da região que atualmente encontram-se produzindo no modelo ecológico ou ainda no de transição, por isso seus produtos podem ser encontrados tanto na forma orgânica como na



convencional.

Os produtos da COOPAR carregam a marca Pomerano, marca que faz menção as raízes da grande maioria dos agricultores de São Lourenço. A denominação Pomerano é dada aqueles que moravam na Pomerânia e falavam esta língua e é justamente na região de São Lourenço do Sul/RS que os imigrantes Pomeranos formam o maior grupo étnico dessa descendência. Podem ser caracterizados por uma forte ligação com a agricultura e grande experiência para com a terra, muitos de seus costumes ainda são preservados, como a linguagem, os feriados religiosos e a comida.

Contato Comercial

Amilton Strelow - Fone: (53) 3611-80-28 ou (53) 3611-80-29

E-mail: coopar.boavista@terra.com.br

Endereço: Boa Vista, 6º distrito de São Lourenço do Sul R/S.

COOPAVA



A Cooperativa de Produção Agropecuária Vista Alegre Piratini Ltda., está localizada no Assentamento Conquista da Liberdade município de Piratini/RS, teve sua fundação em 29 de agosto de 1995 e atualmente conta com 32 cooperados. A COOPAVA foi criada para ser mais uma ferramenta de resistência de luta dos trabalhadores da agricultura familiar no MST, somando forças com demais movimentos sociais do campo e da cidade, na construção de uma sociedade mais justa e solidária visando o desenvolvimento sustentável. No entanto, hoje tem como seu principal objetivo, a qualidade de vida num modo de produção sustentável, nas parcerias, na comercialização etc.

Os produtos da COOPAVA tem como marca Terra Livre por entender que a sustentabilidade da vida começa primeiro pela mãe terra, sendo ela livre de tudo que degrada, escraviza, compromete a biodiversidade e fere o principio da liberdade.

Contato Comercial

Francisco de Assis Venâncio, Seno Alceu Becker,

Milania Krever Moreira.

Fones: (53) 9976.9852 – (53) 9128.7117 – (53) 9963.7956

E-mail: coopavapiratini@gmail.com / chicovenancio@gmail.com /
chico.venancio@hotmail.com

Endereço: Vista Alegre – 2º Distrito – Piratini/RS.

FIGUEIRA DO PRADO

A Agroindústria Figueira do Prado encontra-se no município de São Lourenço do Sul/RS. Foi fundada em agosto de 2006 e é propriedade de Miriam Costa que criou a Figueira do Prado com o objetivo de utilizar as frutas nativas, valorizando as espécies locais, produzindo sucos e schmier's de qualidade e com o sabor típico da região.

A matéria prima para seus produtos é de base agroecológica, cujo fornecimento provém de pequenos agricultores do município.



Contato Comercial

Miriam Costa - Fone: (53) – 9102.6914

E-mail: mirian.cst@gmail.com

Endereço:

Prado Novo, 5º distrito de São Lourenço do Sul/RS

CEP: 96170-000.

NEMA

A Organização Núcleo de Educação e Monitoramento Ambiental encontra-se no município de Rio Grande/RS.



O NEMA trabalha com o produto Amigos do Taim – arroz ecológico, que é uma das iniciativas do Plano de Desenvolvimento Sustentável realizado com o apoio do Ministério do Meio Ambiente - Projeto de Conservação e Utilização Sustentável da Biodiversidade Biológica Brasileira (PROBIO) - e o NEMA,

juntamente com as comunidades do Taim, nos municípios de Rio Grande e Santa Vitória do Palmar.

A partir de 2003, com a identificação de potenciais produtores parceiros, começaram os primeiros experimentos de cultivo de arroz irrigado com metodologia agroecológica, no entorno da ESEC Taim. O NEMA atua como operador/coordenador do processo produtivo, que envolve o plantio, a secagem, o armazenamento e o beneficiamento.

A produção começou a ser cultivada em 7 hectares e atualmente está em aproximadamente 145 hectares distribuídas em 14 parceiros, sendo estes membros da Associação dos Trabalhadores da Lavoura do Arroz – ATLA – de Santa Vitória do Palmar e produtores individuais dos municípios de Santa Vitória do Palmar, Rio Grande e São José do Norte.

Contato comercial

Renato V. Carvalho e Cleber G. da Silva - Fone: (53) 3236.2420

E-mail: nema@nema-rs.org.br

Endereço: Rua Maria Araújo, 450 Cassino – Rio Grande/RS.

SABOR NATIVO

A SABOR NATIVO – Agroindústria de Doces e Sucos existe desde 1994, atualmente conta com a produção de oito famílias pertencentes ao Assentamento 18 de maio, localizado 2º Distrito do Basílio no município de Herval/RS. Em um primeiro momento, o ideal das famílias era a construção de uma cozinha industrial para utilização dos recursos naturais locais. Porém, em 1994 com a construção da mesma o propósito foi ampliado, gerando assim a produção agroindustrial, agregando valor aos produtos e diversificando a produção. O que inicialmente era uma idéia de produção para o auto consumo, transformou-se em geração de renda para as famílias.



Contato Comercial

Julia Telles - Fone: (53) 9977 4248

Dorilda Sauer - Fone: (53) 9978 6866

SISA

No município de São Lourenço do Sul/RS, encontramos a Associação das Avicultoras de São Lourenço do Sul – SISA. Esta associação foi fundada em 09 de agosto de 2005 e conta hoje com 11 associadas. O nome SISA começou sendo um empreendimento particular e refere-se aos nomes dos filhos (Simon e Sandra) de Erica e Cuniberto, sendo hoje a marca da associação. O objetivo da SISA é agregar renda aos orçamentos familiares de seus associados e oferecer um produto que tenha origem e qualidade.



Contato Comercial

Érica Albrecht Kojven - Fone: (53) 3805.1244

E-mail: simonkojven@hotmail.com

Endereço:

Prado Novo, 5º distrito de São Lourenço do Sul/RS

CEP: 96170-000.

SUL ECOLÓGICA

A Cooperativa Sul Ecológica de Agricultores Familiares Ltda, foi fundada em dezembro de 2001, sendo sua sede em Pelotas/RS. Atualmente o quadro social é composto por 150 famílias, distribuídas em oito municípios da região, que produzem seguindo sistemas de base ecológica.



A cooperativa foi fundada a partir da necessidade dos agricultores familiares em organizar e planejar suas atividades produtivas. A sustentabilidade ambiental e econômica é objetivo da entidade. Os associados se distinguem em agricultores familiares, assentados da reforma agrária e remanescentes de quilombolas.

A atuação da cooperativa contempla o fomento da produção, organização social, busca de canais de comercialização e abastecimento, agregação de valor aos produtos e formação e capacitação dos cooperados.

Contato Comercial

Darlene da Mota Cardoso - Fone: (53) 3028.1300

E-mail: sulecologica@gmail.com

Endereço: Rua Barão de Santa Tecla, 510 – Pelotas/RS

SULLEITE

Cooperativa localizada no município de Santa Vitória do Palmar/RS foi fundada em 28 de Agosto de 1997 e conta hoje com cerca de 90 agricultores associados.

A Sulleite foi fundada com o objetivo de organizar a cadeia produtiva do leite neste município e diversificar a matriz produtiva da região.



Contato comercial

Raul Augusto Lopes Amaral

Fones 32633981/32633982 e 99765640

E-mail: sulleite@terra.com.br

Endereço: Avenida Getulio Vargas nº. 67 Sala A e B
Santa Vitória do Palmar/RS

UNAIC

No município de Canguçu/RS, encontra-se a UNAIC – União das Associações Comunitárias do Interior de Canguçu, onde estão filiadas 38 associações e grupos comunitários rurais da região. A UNAIC é autônoma e dirigida exclusivamente por agricultores, foi fundada em 18 de março de 1988, possui experiências de produção de sementes de milho e feijão desde o ano de 1994. Atualmente, a UNAIC conta com duas classificações de produtos, os convencionais e os ecológicos, visto que parte das 700 famílias associadas ainda trabalha em um modelo de transição.



São objetivos da UNAIC: congregar, organizar, representar as associações comunitárias e buscar tecnologias sustentáveis para os agricultores,

integrando-os com as políticas e propostas de desenvolvimento regional sustentável, buscando respeito e credibilidade para a agricultura familiar organizada.

Contato Comercial

André Ferreira dos Santos - Fone: (53) 3252.1011

E-mail: uniaoass@gmail.com

Site: www.unaic.com.br

Endereço: Av. Exército Nacional, 225 – Canguçu/RS

VIDA NA TERRA

A Agroindústria Vida na Terra está localizada no município de Canguçu/RS, foi idealizada em 1990, com a aquisição de uma pequena propriedade de 14 hectares. O que para Cleo e sua esposa Rosemar significava o começo de um sonho onde podiam construir uma propriedade sustentável e trabalhar com frutíferas, desde então não fizeram uso de qualquer produto químico, já que adotaram o sistema de produção de base ecológica, isto é, norteado pelos princípios da Agroecologia. Foram épocas de muitos cursos e intercâmbios de experiências, apoiados principalmente pela assessoria da Pastoral Rural e pelo CAPA.



No ano 2000 o casal iniciou as primeiras experiências de produzir sucos de forma artesanal, porém foi em 2004 que começa de fato a construção da Agroindústria Familiar “Vida na Terra”, sendo que hoje se somam ao trabalho da agroindústria mais três casais.

A matéria prima para a produção dos sucos e doces é quase toda própria. Atualmente são produzidos em torno de 15 mil litros de suco e 20 mil kg de schmiers e geléias.

Para essa Agroindústria Familiar o objetivo principal é a sustentabilidade sob os aspectos econômico, social e ambiental.

Contato comercial

Cléu de Aquino Ferreira - Fone: 53- 8413.6456

Endereço: Coxilha dos Silveiras,

1º distrito de Canguçu/RS • CEP 96600-000

Endereço para correspondência: Avenida Exército Nacional, nº. 225

Bairro Centro • Canguçu/RS. • CEP. 96600-000

TEIA ECOLÓGICA COOPERATIVA

O Impulso de um Organismo Local

A Cooperativa de Consumo, Trabalho e Produção Teia Ecológica, constitui-se como uma organização associativa que promove o protagonismo entre agricultores, agroecologistas e consumidores urbanos. Funciona como um canal de formação, produção, transformação e comercialização de produtos. O conjunto de atividades culturais e educativas destaca a importância da alimentação saudável e o exercício da cidadania nas relações entre agricultores, trabalhadores domésticos e consumidores. Este trabalho vem sendo desenvolvido a 12 anos na cidade de Pelotas, ocupando uma casa histórica na praça central, sendo que atualmente a Cooperativa é referência nesta integração tríplice (agricultores familiares, trabalhadores domésticos e consumidores), formando um corpo com autogestão que compõe uma rede local auto-sustentável ao longo de sua trajetória, assim denominada: “da roça à mesa”.

Historicamente a participação dos consumidores é ativa, tanto para estruturar o espaço de trabalho quanto para a manutenção financeira sadia da Teia Ecológica ao longo desses 12 anos. Salienta-se que a Cooperativa não possui fins lucrativos, sendo o fruto do trabalho doméstico revertido em custo de infra-estrutura, pró-labore, formação e retorno para os agricultores ecológicos.



Contato

Helga Heck - Telefone: 55 (53) 3229 2268
E-mail: formacaoteiaecologica@yahoo.com.br
Endereço: Praça Coronel Pedro Osório, 63.
Funcionamento das 8h às 19h de segunda-feira
à sexta-feira e das 8h às 16h, aos sábados.

COOPAL

A Cooperativa dos Pequenos Agricultores Produtores de Leite da Região Sul foi constituída em 1999, no município de Canguçu/RS. Nasceu a partir da reação dos pequenos produtores de leite, ante ao processo de exclusão iniciado na década de 90. Atualmente são 650 famílias que entregam sua produção de leite à cooperativa, que tem uma agroindústria que produz leite pasteurizado e bebida láctea, com a marca Delissul. Os produtos são comercializados nas cidades de Canguçu e Pelotas.



Contato

Enilton Wolter – Telefone (53) 8401.6655
Endereço: Posto Branco – 1º Distrito – Canguçu/RS
CEP: 96600-000

CAPA



O trabalho do Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor (CAPA) está espalhado por diferentes regiões dos três estados do sul do Brasil (RS, SC, PR) com sede em Pelotas, Santa Cruz do Sul, Erechim, Verê e Marechal Cândido Rondon. Beneficia sete mil famílias de agricultores familiares, pescadores artesanais, assentados da reforma agrária, quilombolas e indígenas, organizados em grupos, associações comunitárias e cooperativas.

Atuando desde 1978, visa contribuir no fortalecimento da agricultura familiar e na construção de sujeitos sociais nas suas dimensões econômica, social, política e cultural, a partir da cooperação agrícola, da agroindustrialização e da comercialização, tendo a agroecologia como base tecnológica e o protagonismo como princípio, potencializando a construção de um projeto de desenvolvimento sustentável.

Um dos eixos principais de ação do CAPA é a comercialização, já que esta é uma das grandes dificuldades apontadas pela agricultura familiar. Assim, o CAPA trabalha pela organização dos agricultores em associações, cooperativas e redes, permitindo e facilitando a inserção dos produtos destas organizações nos diversos mercados, valorizando seu trabalho, negociando preços e organizando a produção com maior autonomia, tornando-os sujeitos ativos. A Rede Vida a Granel é um dos trabalhos apoiados pelo capa núcleo pelotas.

O CAPA é uma organização ligada à Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB) e financiada pelo Serviço das Igrejas Evangélicas na Alemanha para o Desenvolvimento (EED). É assessorado pela Fundação Luterana de Diaconia (FLD) e juridicamente, está ligado a Instituição Sinodal de Assistência, Educação e Cultura (ISAEC).

Contato

Coordenação - Rita Surita

Contato da Rede de Comercialização - Ernesto Martinez

E-mail: capasul@terra.com.br

Endereço: Rua Barão de Santa Tecla, 510 - Centro

Pelotas/RS • CEP: 96010-140

Fone: (53) 3272.3930 Fax: (53) 3027.1895

Site: www.capa.org.br

Referências

- AMARAL, Viviane. Redes organizacionais: CONEXÕES. Brasília: IICA/MDA.
- BENECKE, Dieter W. Cooperação e desenvolvimento – o papel das cooperativas no processo de desenvolvimento econômico nos países do terceiro mundo. Porto Alegre, Coojornal: Recife, Assocene, 1980.
- BÜCHELE, Frederico Antonio. O Cooperado e sua cooperativa. Florianópolis: Epagri, 2006.
- CARBONEL DE MASY, Rafael. Moderna administração de empresas cooperativas agrárias. Porto Alegre: Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos, 1979.
- OLIVEIRA, Nestor Braz de. Cooperativismo: guia prático. Porto Alegre: OCERGS, 1984.
- PINHO, Diva Benevides. Cultura da cooperação – da conceituação ao mapeamento de seu campo de atuação – Artigo disponível em: <http://www.divabenevidespinho.ecn.br>.
- SEBRAE/MG. Cultura da cooperação. Disponível em <http://www.sebraemg.com.br/culturadacooperacao>.
- WICKERT, Silvino. Associativismo e cooperativismo para produtores rurais. Porto Alegre: EMATER/RS-ASCAR, 2007.
-

Realização:



Apoio:

Secretaria da
Agricultura Familiar

Ministério do
Desenvolvimento Agrário

